



Demonstrações Financeiras 2022

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi
Vale do Piquiri Abcd PR/SP**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri
Abcd PR/SP**
Palotina - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 30 de janeiro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F


Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

Relatório da Administração

Nossa jornada completou seus 120 anos no Brasil em 2022, a partir da fundação da primeira cooperativa de crédito, em 28 de dezembro de 1902. O objetivo da primeira cooperativa foi melhorar as condições de vida das pessoas que viviam naquela comunidade e ele segue atual, fazendo parte do nosso propósito e das nossas ações. Colaborar com o desenvolvimento e a transformação social das regiões onde atuamos é uma das nossas premissas desde a nossa fundação. Isso se dá por meio de iniciativas que entregam um relacionamento diferenciado, cooperativo, e que refletem os valores do cooperativismo, como solidariedade, transparência, responsabilidade e sustentabilidade.

Cenário Econômico

No ano de 2022 vimos um acirramento da inflação no Brasil e no mundo, após deflagrada a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de diversas commodities. Como resposta a esse cenário, os Bancos Centrais do mundo inteiro decidiram adotar uma postura de aperto monetário, dando início ao ciclo de alta de juros global. O destaque foi o Federal Reserve (o Banco Central dos EUA) que iniciou seu ciclo de alta de juros em março deste ano com os fed funds na faixa entre 0,00% e 0,25% e encerrou o ano de 2022 na faixa entre 4,25% - 4,50%, e deve continuar subindo os juros em 2023. O efeito do aumento da taxa de juros nas economias avançadas contribuiu para reprecificação dos ativos de risco pelo mercado e o aumento da perspectiva de redução do crescimento mundial.

No Brasil, o ciclo de aperto monetário começou no início de 2021, e por conta disso, os dados de inflação já apontam uma tendência desinflacionária. De fato, o Banco Central encerrou o ciclo de alta de juros com a Selic a 13,75% a.a. e deve seguir neste patamar elevado até metade do ano que vem. O efeito da reabertura na atividade econômica influenciou o bom crescimento do PIB no primeiro semestre de 2022, principalmente pelo avanço dos setores de serviços. Porém, a atividade econômica já vem apresentando sinais de acomodação à medida que o efeito da reabertura se esgota e os efeitos da política monetária restritiva se tornam mais evidentes. Além disso, vale destacar a condição da renda das famílias. Se por um lado, a melhora do mercado de trabalho contribuiu para o crescimento da renda, com a população ocupada atingindo recorde de crescimento e a taxa desemprego passando de 11,2% em janeiro de 2022 para 8,2% na leitura de outubro, por outro, a entrada desses trabalhadores foi acompanhada pelo aumento da inadimplência e do endividamento das famílias, visto o encarecimento do crédito e a escalada dos preços. Por fim, o ano de 2022 se encerra com um novo presidente eleito e preocupações com a política fiscal que será executada nos próximos anos.

Acreditamos que podemos contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais próspera

Somos uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento dos nossos associados e com o desenvolvimento das regiões onde atuamos. Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros, que vão desde conta corrente e cartões até investimentos, seguros, consórcios, máquina de cartões e conta 100% digital, atendendo pessoas físicas, jurídicas e produtores rurais. No nosso modelo de atuação, os recursos captados são reinvestidos na região. Assim, impactamos positivamente a comunidade, estimulando a geração de renda e o crescimento sustentável. Nossos associados são os verdadeiros donos do negócio, com direito a participação nos resultados e nas decisões das cooperativas por meio de voto.

Durante esse período, destacamos os seguintes fatos administrativos:

Campanhas de poupança e de capital social, crescimento da carteira de Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), linhas de crédito alinhadas à economia verde, consórcio sustentável e seguro para equipamentos solares, Pix para pessoa jurídica sem custo, mudança de endereço da agência de Juranda (PR) e revitalização da agência de Maripá (PR), entre outros.

Como instituição financeira cooperativa, faz parte da nossa missão promover um futuro melhor e sustentável, com foco na ampliação do nosso efeito positivo econômico, social e ambiental, reduzindo os impactos adversos e gerando valor para todos. Nosso modelo de atuar, com excelência na gestão, pautado na honestidade e na transparência, reflete diretamente em nossos resultados. Seja por meio dos nossos produtos e serviços ou de nossas iniciativas, visamos impactar de maneira direta a vida dos associados e das regiões.

Valorizamos as pessoas e a diversidade

Nosso compromisso com o desenvolvimento e impacto positivo nas regiões onde atuamos são premissas desde a nossa fundação. A seguir listamos algumas iniciativas realizadas em 2022:

- Empreenda Sicredi: por uma vida financeira mais sustentável, o programa estimula o desenvolvimento econômico por meio do apoio aos microempreendedores locais.
- Comitês Mulher e Jovem: promove a diversidade e forma novas lideranças para o cooperativismo. Nossos comitês trazem força para essas iniciativas.
- Programa A União faz a Vida: reforça os valores da cooperação e da cidadania entre crianças e adolescentes. Em 2022, a cooperativa contou com 3.420 participantes do PUFV.
- Programa Crescer: promove entre associados e futuros associados uma maior compreensão sobre as sociedades cooperativas de crédito.
- Programa Pertencer: engaja os associados e orienta o modelo de gestão participativa, estimulando a participação nas assembleias e nos processos decisórios. Em 2022, foram mais de 12 mil associados nas assembleias de núcleos on-line da cooperativa.
- Dia C: uma grande corrente do bem para demonstrar a força do cooperativismo em prol das transformações sociais. Em 2022, o Dia de Cooperar da cooperativa contou com colaboradores de todas as agências e impactou cerca de 45 mil pessoas.

Reconhecimentos

Há mais de 10 anos, figuramos em alguns dos mais reconhecidos rankings e premiações nacionais, tais como: Melhores e Maiores, da Revista Exame, Valor 1000, do Valor Econômico, Melhores Empresas para Trabalhar, da Revista Você S/A, rankings do Banco Central e BNDES. Em 2022 tivemos a avaliação corporativa elevada pela Moody's. O Sicredi conquistou o rating mais alto da agência, passando de AA+ para AAA, comprovando que tem um dos perfis de crédito mais seguros e menos arriscados avaliados pela agência de classificação de risco. Além disso, fomos reconhecidos como a 4º melhor Instituição Financeira em ranking divulgado pela Revista Forbes, mesma que nos cita como a melhor instituição financeira do Brasil no atendimento físico e digital.☑

Agradecemos aos nossos associados, colaboradores e parceiros pela dedicação e trabalho contínuo. Juntos seguiremos construindo uma sociedade mais próspera.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

ATIVO		31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		7.396.925	5.633.036	PASSIVO		6.662.690	5.058.599
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	15.027	26.642	DEPÓSITOS	(Nota 11)	3.973.891	3.327.022
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		7.516.644	5.638.699	Depósitos à vista		579.925	517.912
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	318.439	55.185	Depósitos interfinanceiros		551.190	439.199
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	2.025.065	772.160	Depósitos a prazo		2.842.776	2.369.911
Centralização financeira	(Nota 04)	369.043	965.639	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.327.146	1.431.237
Relações interfinanceiras ativas		1.364	1.110	Relações interfinanceiras	(Nota 12)	2.183.415	1.357.107
Operações de crédito	(Nota 07)	4.465.143	3.606.057	Obrigações por empréstimos	(Nota 13)	17.010	21.048
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	337.590	238.548	Obrigações por repasses	(Nota 14)	827	2.474
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(237.522)	(132.183)	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	125.894	50.608
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	43.397	41.118	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 16)	3.264	3.018
INVESTIMENTOS		30	30	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	358.389	297.322
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	48.725	48.167	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 18)	734.235	574.437
INTANGÍVEL	(Nota 10)	10.624	10.563	CAPITAL SOCIAL		320.357	239.685
				RESERVAS DE SOBRAS		378.437	301.649
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		35.441	33.103
TOTAL DO ATIVO		7.396.925	5.633.036	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.396.925	5.633.036

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

Descrição das contas	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	571.487	1.005.120	533.576
Operações de crédito (Nota 07)	417.855	760.121	463.883
Resultado de títulos e valores mobiliários	93.333	137.694	33.507
Resultado das aplicações compulsórias	168	264	157
Ingressos de depósitos intercooperativos	60.131	107.041	36.029
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(397.075)	(656.989)	(238.827)
Operações de captação no mercado (Nota 21)	(199.033)	(334.819)	(101.980)
Operações de empréstimos e repasses	(95.672)	(153.311)	(58.361)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(102.370)	(168.859)	(78.486)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	174.412	348.131	294.749
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(82.687)	(175.984)	(157.304)
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 22)	68.180	128.048	114.170
Rendas de tarifas bancárias	19.820	39.331	36.987
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 23)	(81.256)	(149.915)	(122.817)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)	(87.011)	(166.289)	(138.047)
Dispêndios e despesas tributárias	(699)	(1.667)	(2.027)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	50.601	68.563	23.615
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	(52.322)	(94.055)	(69.185)
RESULTADO OPERACIONAL	91.725	172.147	137.445
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	91.725	172.147	137.445
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19)	368	-	-
Provisão para Imposto de Renda	231	-	-
Provisão para Contribuição Social	137	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(10.564)	(23.308)	(18.529)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	81.529	148.839	118.916

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP

CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2021	196.224	229.925	19.274	445.423
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	19.065	-	(19.065)	-
Outras destinações	-	-	(209)	(209)
Capital de associados				
Aumento de capital	27.424	-	-	27.424
Baixas de capital	(11.412)	-	-	(11.412)
Resultado do exercício	-	-	118.916	118.916
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(5.517)	(5.517)
Juros sobre o capital próprio	8.384	-	(8.572)	(188)
Reserva legal - Estatutária	-	71.724	(71.724)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	239.685	301.649	33.103	574.437
Mutações do Exercício	43.461	71.724	13.829	129.014
Saldos no início do exercício em 01/01/2022	239.685	301.649	33.103	574.437
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	32.723	-	(32.728)	(5)
Outras destinações	-	-	(375)	(375)
Capital de associados				
Aumento de capital	29.639	-	-	29.639
Baixas de capital	(11.040)	-	-	(11.040)
Resultado do exercício	-	-	148.839	148.839
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(5.906)	(5.906)
Juros sobre o capital próprio	29.350	-	(30.704)	(1.354)
Reserva legal - Estatutária	-	76.788	(76.788)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2022	320.357	378.437	35.441	734.235
Mutações do Exercício	80.672	76.788	2.338	159.798
Saldos no início do semestre em 01/07/2022 (Não auditado)	274.459	301.649	67.310	643.418
Destinação resultado exercício anterior				
Capital de associados				
Aumento de capital	21.896	-	-	21.896
Baixas de capital	(5.348)	-	-	(5.348)
Resultado do semestre	-	-	81.529	81.529
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(5.906)	(5.906)
Juros sobre o capital próprio	29.350	-	(30.704)	(1.354)
Reserva legal - Estatutária	-	76.788	(76.788)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2022	320.357	378.437	35.441	734.235
Mutações do Semestre	45.898	76.788	(31.869)	90.817

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	151.660	267.097	160.733
Resultado do semestre/exercício	81.529	148.839	118.916
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	70.131	118.258	41.817
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	66.441	105.339	28.870
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	91	82	(16)
Depreciação e amortização	9.153	18.418	18.681
Baixas do ativo permanente	22	79	152
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	330	246	(353)
Destinações ao FATES	(5.906)	(5.906)	(5.517)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	298.651	336.096	28.316
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(177.671)	(263.254)	(27.343)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	32.399	(43.752)	(178.731)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	37.943	(254)	197
(Aumento) em operações de crédito	(641.320)	(859.086)	(978.759)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	461.573	826.308	480.765
(Aumento) em outros ativos financeiros	(73.717)	(99.042)	(93.396)
(Aumento) Redução em outros ativos	3.258	(2.361)	(2.380)
Aumento em depósitos	595.463	646.869	713.601
Aumento (Redução) em passivos financeiros	135	75.286	(1.911)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(2.928)	(5.685)	(1.231)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(5.255)	(7.681)	(1.051)
Aumento em outros passivos	68.771	68.748	118.555
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	450.311	603.193	189.049
Aquisição de investimentos	-	-	(34.582)
Aquisição de imobilizado de uso	(11.145)	(15.515)	(6.906)
Aplicações no intangível	(2.593)	(3.601)	(3.459)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(13.738)	(19.116)	(44.947)
Integralização de capital	21.896	29.639	27.425
Baixa de capital	(5.348)	(11.040)	(11.412)
Juros ao capital próprio	(1.354)	(1.354)	(188)
Distribuição de Sobras	-	(380)	(210)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	15.195	16.865	15.615
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	451.768	600.942	159.717
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.647.078	1.497.904	1.338.187
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	2.098.846	2.098.846	1.497.904

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP
CNPJ/MF nº 81.099.491/0001-71

	01/07/2021 a 31/12/2021 (Não auditado)	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Resultado líquido do exercício	81.529	148.839	118.916
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	81.529	148.839	118.916

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale do Piquiri Abcd - Sicredi Vale do Piquiri Abcd PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 08/10/1988 e sede situada na Avenida Pres Kennedy, 2268, na cidade de Palotina - Paraná. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2022, está organizado por 105 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2454 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 96 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1) e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 26 de janeiro de 2023.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 22.019 (2021 - R\$ 4.015) referente a Atos Não Cooperativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa não investida em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.

- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata-die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 16%, em atendimento a Medida Provisória nº 1.115, publicada em 29 de abril de 2022, que elevou a alíquota em um ponto percentual e produzindo efeitos durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente. O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expresas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

u) Valor Justo das Operações

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	15.027	26.642
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	1.714.776	505.623
Centralização financeira	369.043	965.639
Total	2.098.846	1.497.904

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2022 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2021 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2022			
	A vencer			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	94.412	94.412
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	224.027	224.027
Total	-	-	318.439	318.439

Total circulante	-
Total não circulante	318.439

As aplicações de Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na aquisição e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

As aplicações de CDI são realizadas pelas cooperativas no Banco para garantir às operações de equalização com recursos próprios delas. A taxa é de 100% da Selic.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2022			
	A vencer			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Títulos de renda fixa - CPR	10.616	74.633	66.065	151.314
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	1.714.776	-	-	1.714.776
Participações de Cooperativas	-	-	158.975	158.975
Total	1.725.392	74.633	225.040	2.025.065

Total circulante	1.800.025
Total não circulante	225.040

A partir de julho de 2022 o BACEN estabeleceu através da Instrução Normativa BCB Nº 268 de 01 de abril de 2022 que as participações de cooperativas, anteriormente apresentadas na rubrica de outros investimentos, passam a ser classificadas em títulos e valores mobiliários.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos *spreads* de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

a) Participações de cooperativas

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2022	31/12/2021
Sicredi Fundos Garantidores	3	3
Sicredi Participações S.A.	45.338	45.338
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	113.634	42.465
Total	158.975	87.806

Apresentamos abaixo os números de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais dos investimentos, os quais passaram a ser apresentados em dezembro de 2022 em títulos e valores mobiliários participações de cooperativas:

Descrição	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Número de ações/quotas possuídas	14.717.210 ON	14.717.210 ON	3	3	113.634.013
	30.620.531 PN	30.620.531 PN	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,41%	2,15%	1,86%	1,86%	14,45%
Capital social	2.108.211	1.178.211	161	161	786.243
Patrimônio líquido	2.111.744	1.222.087	368.071	334.310	787.743
Resultado líquido do exercício	(15.246)	38.149	33.761	21.363	-
Valor das participações das cooperativas	45.338	45.338	3	3	113.634

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO
a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2022				
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Empréstimos e títulos descontados	88.782	383.440	669.973	1.322.538	2.464.733
Financiamentos	4.254	52.015	146.124	337.709	540.102
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.071	93.814	944.280	420.143	1.460.308
Total das operações de crédito	95.107	529.269	1.760.377	2.080.390	4.465.143
Avais e fianças honrados (Nota 08)	733	-	-	-	733
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	98	1.894	7.418	37.113	46.523
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	192.630	74.051	773	267.454
Total de outros créditos	831	194.524	81.469	37.886	314.710
Carteira total	95.938	723.793	1.841.846	2.118.276	4.779.853

Total circulante	2.661.577
Total não circulante	2.118.276

Os valores de títulos e créditos a receber foram reclassificados para a rubrica de valores a receber relativos a transações de pagamento para adequar a contabilização das transações de pagamento por cartão, de acordo com a Carta Circular 3.828/17. A partir de junho de 2022 passamos a apresentar esta abertura na nota explicativa. Estes valores referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às transações com cartão de crédito.

Os devedores por compra de valores e bens se refere a saldo a receber pela venda de bens não de uso vendidos a prazo. Em agosto de 2022, a cooperativa firmou contrato de venda de imóvel rural, no montante de R\$ 37.088, o qual encontrava-se registrado pelo valor de custo de R\$ 13.109. A transação gerou um ganho de capital no montante de R\$ 23.979.

A liquidação da operação se dará por montante equivalente a sacas de soja e milho, no prazo de 6 anos e divididas em 11 parcelas. O cálculo do valor justo da operação, em 31 de dezembro de 2022, foi realizado considerando os preços à vista negociados na cidade de Sorriso, para o valor inicial utilizamos o valor do contrato, resultando em uma desvalorização de R\$ 1.611.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		para perdas esperadas associadas ao risco d	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	12/2
AA	-	117.444	121.990	-	#
A	0,50	2.058.508	1.797.012	10.290	#
B	1,00	1.689.675	1.366.120	16.894	#
C	3,00	474.864	282.791	14.244	#
D	10,00	173.000	123.822	17.300	#
E	30,00	74.127	40.484	22.231	#
F	50,00	45.737	18.955	22.869	#
G	70,00	42.659	21.817	29.859	#
H	100,00	103.839	51.807	103.835	#
Total		4.779.853	3.824.798	237.522	#

Conforme disposto no Art. 6º da Resolução CMN nº 4.846/20, a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir somente sobre a parcela do crédito cujo risco de crédito é assumido pela Cooperativa e esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 931.337 (dezembro de 2021 - R\$ 818.075) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 28). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 8.128 (dezembro de 2021 - R\$ 6.318) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2022				
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	
Pessoas físicas	53.881	340.860	475.260	891.150	1.761.151
Rural	2.071	93.814	944.280	420.143	1.460.308
Industrial	985	20.729	28.225	41.522	91.461
Comércio	18.567	119.932	179.839	319.076	637.414
Pessoas jurídicas	20.434	148.458	214.242	446.385	829.519
Total	95.938	723.793	1.841.846	2.118.276	4.779.853

Total circulante	2.661.577
Total não circulante	2.118.276

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2022	%	31/12/2021
10 maiores devedores	345.346	7,23	235.748
50 devedores seguintes	391.631	8,19	296.450
100 devedores seguintes	392.372	8,21	330.678
Demais	3.650.504	76,37	2.961.922
Total	4.779.853	100,00	3.824.798

c) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	132.183	103.313
Constituição de provisão	255.475	141.446
Reversão de provisão	(86.616)	(62.960)
Movimentação de baixados para prejuízo	(63.520)	(49.616)
Saldo final	237.522	132.183

d) Resultado com operações de crédito:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e títulos descontados	548.095	315.619
Financiamentos	109.610	77.663
Financiamentos rurais e agroindustriais	86.264	56.413
Outros	157	131
Subtotal	744.126	449.826
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	15.995	14.057
Total	760.121	463.883

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 79.365 (2021 - R\$ 50.938).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 07)	267.454	205.864
Rendas a receber	6.409	5.184
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	46.523	12.753
Avais e fianças honrados (Nota 07)	733	124
Transações com cartão de crédito	13.163	12.474
Devedores por depósitos em garantia (Nota 16)	3.308	2.149
Total	337.590	238.548
Total circulante	296.397	198.514
Total não circulante	41.193	40.034

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a receber relativos as transações de pagamento, sejam de associados ou do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Os valores a receber relativos a transações de pagamento referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às operações com cartões de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros valores e bens	7.654	8.593
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(164)	(82)
Adiantamentos e antecipações salariais	3.951	3.382
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	2.124	16
Adiantamentos para Confederação Sicredi	2.072	1.848
DI a repassar - Central	4.299	1.025
Impostos e contribuições a compensar	6.773	1.796
Pendências a regularizar	127	1.291
Valores em análise pela SFG	186	196
Outros	1.242	427
Total circulante	28.264	18.492
Pendências a regularizar	38	38
Outros valores e bens	15.095	22.588
Total não circulante	15.133	22.626
Total	43.397	41.118

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	22.441	30.667
Imóveis	22.441	30.559
Veículos e afins	-	108
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(164)	(82)
Despesas antecipadas	308	514
Total	22.585	31.099

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(82)	(98)
Constituição de provisão	(113)	(66)
Reversão de provisão	31	82
Saldo final	(164)	(82)

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2022		
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido
Imobilizado de uso	-	122.706	(73.981)	48.725
Imobilizações em curso	-	7.166	-	7.166
Instalações	10%	9.339	(8.800)	539
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	46.399	(31.190)	15.209
Móveis e equipamentos	10%	21.776	(10.568)	11.208
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	7.857	(2.758)	5.099
Equipamentos de processamento de dados	20%	28.937	(19.980)	8.957
Veículos	20%	1.232	(685)	547
Intangível		33.772	(23.148)	10.624
Investimentos Confederação	10%	33.772	(23.148)	10.624

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2022				
	Sem vencimento e meses	até 3	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista		579.925	-	-	579.925
Depósitos interfinanceiros		68.629	223.663	258.898	551.190
Depósitos a prazo		44.988	111.209	2.686.579	2.842.776
Total		693.542	334.872	2.945.477	3.973.891
Total circulante					1.028.414
Total não circulante					2.945.477

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Repasses interfinanceiros	2.183.400	1.357.098
Recebimentos e pagamentos a liquidar	15	9
Total	2.183.415	1.357.107

a) Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2022				
	Sem vencimento e meses	até 3	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.		94.064	1.002.310	483.885	1.580.259
Total - Recursos do Crédito Rural		94.064	1.002.310	483.885	1.580.259
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ		284	167	1.615	2.066
Banco Cooperativo Sicredi S.A.		39.661	329.884	231.530	601.075
Total - Outros Recursos		39.661	329.884	233.596	603.141
Total		133.725	1.332.194	717.481	2.183.400
Total circulante					1.465.919
Total não circulante					717.481

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 14,25% a.a. com vencimentos até 15/11/2032, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2022				
	Sem vencimento e meses	até 3	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.		-	4.607	12.403	17.010
Total		-	4.607	12.403	17.010
Total circulante					4.607
Total não circulante					12.403

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2022				
	Sem vencimento e meses	até 3	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
BNDES		396	428	-	824
CEF		-	3	-	3
Total		396	431	-	827

Total circulante	827
-------------------------	------------

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

Os recursos internos para repasses no país também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, possuem vencimentos mensais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.760	1.208
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	4.424	-
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Cooperativas	2.106	1.248
Recursos em trânsito de terceiros	3.779	3.667
Total circulante	12.069	6.123

Provisão para garantias financeiras prestadas	6.368	5.110
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	77.457	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Cooperativas	30.000	39.375
Total não circulante	113.825	44.485

Total	125.894	50.608
--------------	----------------	---------------

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação com vencimentos até 2032, pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, cujos juros são pagos semestralmente.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital referem-se a contratos de letra financeira emitidas com cláusula de subordinação firmados em janeiro de 2019 com vencimento em janeiro de 2028 com o objetivo de ampliar o patrimônio de referência da cooperativa.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	Provável	890	935
Cível	Provável	1.554	1.552
Tributária	Provável	820	531
Total não circulante		3.264	3.018

Natureza	31/12/2021	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/20
Trabalhista	935	71	(116)	##
Cível	1.552	300	(298)	##
Tributária	531	289	-	##
Total não circulante	3.018	660	(414)	##

Em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 343, R\$ 1.727 e R\$ 1.058 (dezembro de 2021 - R\$ 0, R\$ 2.063 e R\$ 964), respectivamente.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 3.308 (dezembro de 2021 - R\$ 2.149), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Transações com cartões de crédito	276.184	206.676
Provisão para pagamentos a efetuar	16.440	17.452
Cotas de capital a pagar	13.479	10.933
Provisão para participações nos lucros	22.022	19.157
Fundo de assistência técnica, educacional e social	5.906	7.679
Impostos e contribuições a recolher	6.068	4.573
Credores diversos	9.209	9.212
Cheques administrativos	5.976	19.403
Cobrança e arrecadação de tributos	1.079	1.360
Pendências a regularizar	2.026	877
Total	358.389	297.322

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasses dos custos sobre a carteira de aquisição).

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	320.357	239.685
Total de associados	219.155	197.025

Em 31 de dezembro de 2022, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 80.672 (dezembro de 2021 – R\$43.461), sendo R\$ 62.073 (dezembro de 2021 – R\$27.449) via integralização de resultados e R\$ 29.639 (dezembro de 2021 – R\$ 27.424), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 11.040 (dezembro de 2021 – R\$ 11.412).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 11,48% em Conta Capital, no montante de R\$ 30.704 (dezembro de 2021 – R\$ 8.384), calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/09, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 65% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	172.147	137.445
Participação nas sobras	(23.308)	(18.529)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	148.839	118.916
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(61.024)	(53.512)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	51.996	51.705
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	12.588	3.857
Demais adições e exclusões previstas na legislação	469	(164)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e retornou para 15% a partir de janeiro de 2022. A partir de agosto, a Lei 14.446/2022 trouxe uma majoração de 1% na alíquota das instituições financeiras, com vigência até dezembro de 2022.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Administradora de Cartões (em dezembro de 2020), Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	318.439	55.185
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	2.025.065	772.160
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	369.043	965.639
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	4.670	4.605
Outros ativos (Nota 09)	2.072	1.848
Investimentos	30	30
Intangível (Nota 10)	7.755	10.563
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	551.190	439.199
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	2.183.400	1.357.098
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	17.010	21.048
Outros passivos (Nota 16)	261.082	197.443
Principal e juros dívida subordinada (Nota 15)	81.881	-
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	135.257	33.507
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 20)	31.635	31.637
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	4.518	1.229
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 11)	51.284	15.058
Operações de empréstimos e repasses	153.249	58.242
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	10.190	7.785
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	44.000	31.680

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2022	% em relação ao total	12/2
Depósitos à vista	412	0,07%	#
Depósitos a prazo	5.222	0,18%	#
Operações de crédito	31.623	0,71%	#

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Pessoas chave da administração	12.170	11.141

NOTA 21 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	12/2
Depósitos interfinanceiros	34.106	51.284	##
Depósitos de aviso prévio	81	156	##
Depósitos a prazo	152.049	261.865	##
Letras financeiras	10.369	16.927	##
Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	2.428	4.587	##
Total	199.033	334.819	##

NOTA 22 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	12/2
Cartões	19.990	38.669	##
Cobrança	5.927	11.603	##
Comissões	12	75	##
Consórcios	7.051	11.970	##
Convênios	2.504	5.279	##
Distribuição de produtos e serviços bancários	16.221	30.787	##
Processamento da compensação	88	168	##
Seguros	9.207	17.479	##
Taxas e tarifas	3.111	5.928	##
Antecipação de recebíveis	3.402	4.983	##
Outros serviços	667	1.107	##
Total	68.180	128.048	##

NOTA 23 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	12/2
Remuneração	44.107	82.665	##
Benefícios	18.095	34.144	##
Encargos sociais	17.798	31.494	##
Treinamentos	1.256	1.612	##
Total	81.256	149.915	##

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	12/2
Água, energia e gás	1.086	3.093	##
Aluguéis	12.357	23.800	##
Comunicação	1.814	3.720	##
Manutenção e conservação	2.383	4.784	##
Material de expediente	1.105	2.099	##
Processamento dados	4.984	9.433	##
Propaganda e publicidade	1.113	2.325	##
Promoções e relações públicas	10.093	17.630	##
Serviços do sistema financeiro	5.069	9.682	##
Assessoria e consultoria	264	392	##
Auditoria externa	47	47	##
Serviços jurídicos	628	1.106	##
Serviços de terceiros	7.500	14.651	##
Serviços de técnicos especializados	9.066	17.219	##
Serviços de vigilância e segurança	3.892	7.647	##
Serviços de transportes	3.490	6.633	##
Depreciação	7.175	14.878	##
Amortização (Rateio Confederação)	1.916	3.540	##
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	5.270	7.696	##
Emolumentos e taxas diversas	1.579	3.209	##
Seguros	184	358	##
Outras despesas administrativas	5.996	12.347	##
Total	87.011	166.289	##

NOTA 25 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	12/2
Absorção de dispêndios - FATES	5.254	7.680	##
Lucros na alienação de valores e bens (Nota 07)	24.461	24.931	##
Recuperação de encargos e despesas	8.370	12.862	##
Reversão de provisões operacionais	794	3.357	##
Reversão de provisões impostos folha	3.566	4.836	##
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	1.174	2.542	##
Reversão de provisões para passivos contingentes	199	414	##
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	2.768	5.487	##
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	825	1.486	##
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	1.464	2.928	##
Outras rendas operacionais	1.726	2.040	##
Total	50.601	68.563	##

NOTA 26 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	12/2
Descontos concedidos em renegociação e crédito	6.030	11.234	##
Contribuições Cooperativistas	120	238	##
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	832	1.643	##
Contribuição Confederação Sicredi	17.084	30.753	##
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.554	2.953	##
Prejuízo na alienação de valores e bens	25	75	##
Provisões para garantias financeiras prestadas	3.078	4.352	##
Provisões para passivos contingentes	530	660	##
Outras provisões operacionais	3.014	5.484	##
Operações com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	8.716	16.326	##
Risco operacional	1.211	2.750	##
Juros e comissões	1.705	3.302	##
Tarifa serviços folha pagamento servidores	8	15	##
Distribuição de produtos e serviços bancários	808	1.149	-
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	1.907	3.684	##
Valor justo - Operação de venda (Nota 07)	1.611	1.611	-
Outras despesas operacionais	4.089	7.826	##
Total	52.322	94.055	##

NOTA 27 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	12/2
Resultado antes das destinações	81.529	148.839	##
Ganho de capital de vendas de bens não de uso (Nota 07)	23.979	23.979	-
Resultado recorrente	57.550	124.860	##

Em setembro de 2022 a cooperativa obteve ganho de capital com a venda de imóvel rural decorrente de dação em pagamento recebida em agosto de 2019.

NOTA 28 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de garantias prestadas	931.336	818.073
Coobrigações em cessões de crédito	1	2
Total	931.337	818.075

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 29 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL**I - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais;
- Identificação, coleta e tratamento de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades”.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade;
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance com um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e os controles implementados. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 30 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	837.598	604.497
Nível I (NI)	723.610	563.874
Capital principal - CP	723.610	563.874
Capital social	320.357	239.685
Reservas de capital	378.437	301.649
Lucros acumulados	35.441	33.103
Ajustes Prudenciais	(10.625)	(10.563)
Nível II (NII)	113.987	40.623
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	113.987	40.623
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	5.405.556	4.560.170
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	19.975	934
Margem de Capital	250.039	147.546
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,50%	13,26%
Situação de Imobilização (Imob)	48.755	48.200
Índice de Imobilização (Imob / PR)	5,82%	7,97%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 31 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2022, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 32 – OUTRAS INFORMAÇÕES

I) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração das Cooperativas Singulares durante o exercício de 2022.

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

a) Resumo do Plano de Implementação:

- Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps);
- Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias;
- Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo, etc.;
- Fase IV (2023/2024): Testes e implementações.

Salientamos, que em caso de emissão de normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21 pelo Banco Central do Brasil, será necessário a revisão do plano de implementação.

Moacir Niehues
Diretor Executivo
CPF: 969.145.139-53

Alisson Schach
Diretor de Operações
CPF: 024.281.579-06

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20